

NECROPOLÍTICA E TERRITÓRIOS PROIBIDOS: A VIOLÊNCIA CONTRA PESSOAS TRANS

NECROPOLITICS AND FORBIDDEN TERRITORIES: VIOLENCE AGAINST TRANS PEOPLE

Erenita Karine Padilha Deitoss

Mestranda em Geografia pela Universidade Federal de Jataí (UFJ)

karinipadilha@hotmail.com

<http://lattes.cnpq.br/8314524827410171>

<https://orcid.org/0009-0009-4391-536X>

245

Resumo: O artigo aborda a relação entre biopoder, necropolítica e a violência contra pessoas trans no Brasil em 2024. Foucault, em "História da Sexualidade" (2003), destaca como os desejos sexuais são moldados por práticas sociais, culminando na transição do poder soberano para o biopoder no século XIX. Judith Butler e Paul B. Preciado ampliam a compreensão de gênero, desafiando a ideia de uma verdade interna, enquanto Achille Mbembe critica a biopolítica de Foucault, essencial para entender políticas cisnormativas. A violência contra pessoas trans em 2022 (131 assassinatos e 20 suicídios) reflete exclusão e marginalização. A exploração dos "Territórios Proibidos," como a prostituição trans, revela estigmatização e marginalização, resultantes de um sistema colonialista e fascista. A metodologia adotada envolve revisão bibliográfica, analisando fontes teóricas de Foucault, Mbembe e Butler, e um levantamento bibliográfico sobre a violência contra pessoas trans no Brasil. A dialética é empregada para conectar necropolítica, territorialidades proibidas e violência, identificando elementos contraditórios e relações de poder. A abordagem revela as complexas dinâmicas sociais que perpetuam a exclusão e violência contra pessoas trans. Em síntese, o artigo destaca que a "verdade" sobre o sexo é uma construção reguladora que molda identidades por meio de normas discriminatórias de gênero. A relação entre necropolítica, territorialidades proibidas e violência é crucial para compreender as dinâmicas sociais na sociedade brasileira em 2024.

Palavras-chave: Biopoder, Necropolítica, Territórios Proibidos.

Abstract: The article addresses the relationship between biopower, necropolitics and violence against trans people in Brazil in 2024. Foucault, in "History of Sexuality" (2003), highlights how sexual desires are shaped by social practices, culminating in the transition of sovereign power for biopower in the 19th century. Judith Butler and Paul B. Preciado expand the understanding of gender, challenging the idea of an internal truth, while Achille Mbembe criticizes Foucault's biopolitics, essential for understanding cisnormative politics. Violence against trans people in 2022 (131 murders and 20 suicides) reflects exclusion and marginalization. The exploitation of "Forbidden Territories," such as trans prostitution, reveals stigmatization and marginalization, resulting from a colonialist and fascist system. The methodology adopted involves a bibliographical review, analyzing theoretical sources from Foucault, Mbembe and Butler, and a bibliographical survey on violence against trans people in

Building the way

Brazil. Dialectic is used to connect necropolitics, forbidden territorialities and violence, identifying contradictory elements and power relations. The approach reveals the complex social dynamics that perpetuate exclusion and violence against trans people. In summary, the article highlights that the "truth" about sex is a regulatory construct that shapes identities through discriminatory gender norms. The relationship between necropolitics, prohibited territorialities and violence is crucial to understanding the social dynamics in Brazilian society in 2024.

Keywords: Biopower, Necropolitics, Forbidden Territories.

Considerações iniciais

Compreender o conceito de biopoder é fundamental para desvendar a necropolítica. Foucault, em sua obra *História da Sexualidade* (2003), fornece insights essenciais para entender os impactos da colonização, argumentando que os desejos sexuais são moldados por práticas sociais historicamente construídas. No século XVIII, surge a concepção de que o sexo é o cerne da individualidade humana, tornando-se uma verdade última a partir do século XIX. Essa transformação foi impulsionada pela nova configuração política na Europa Ocidental, marcada pela explosão demográfica, industrialização e surgimento do capitalismo, culminando na transição do poder soberano para o biopoder, que se preocupa com a gestão da vida em suas dimensões populacionais e sociais.

As análises de Foucault convidam à reflexão sobre como as relações de poder estão intrinsecamente ligadas a questões de identidade, sexualidade e controle social, sendo influenciadas por contextos políticos, econômicos e culturais. A construção histórica das identidades de gênero, destacada por Judith Butler (2022), revela que atributos como roupas, gestos e desejos são fabricados por meio de atos performáticos, desafiando a noção de uma verdade interna do gênero.

A abordagem de Butler desconstrói a ideia de gênero como essência fixa, argumentando que é uma construção social e cultural, imposta sobre os corpos. A identidade de gênero, então, torna-se uma experiência subjetiva, podendo ou não estar alinhada com o sexo biológico. A integração das perspectivas de Butler e Paul B. Preciado destaca a complexidade do gênero, incorporando sua fluidez e diversidade.

No contexto da necropolítica, proposta por Achille Mbembe (2003), observamos uma crítica ao conceito de biopolítica de Foucault, centrada na análise

Building the way

de como a soberania se manifesta por meio de ações que sistematicamente causam a morte. Essa comparação é crucial para entender a relação entre políticas cisnormativas e a invisibilização e morte de pessoas transgêneras.

A realidade das pessoas trans (transgêneros, transexuais e travestis), marcada por exclusão e violência, destaca-se nos dados alarmantes de 2022, com 151 mortes, sendo 131 assassinatos e 20 suicídios. Essa violência é perpetuada pela visão da sociedade e do Estado, que as consideram “fora da norma”, relegando-as a viver à margem da sociedade heteronormativa.

Ao explorarmos os “Territórios Proibidos”, percebemos a estigmatização e a construção imaginária desses espaços pela sociedade heteronormativa. A territorialidade flexível, exemplificada na prostituição trans, evidencia como as pessoas trans são constantemente forçadas a margear as cidades em busca de espaços seguros. Essa segregação e marginalização são reflexos de um sistema colonialista, fascista e nazista, como aponta Mbembe (2018).

Em síntese, a “verdade” sobre o sexo é uma construção resultante de práticas reguladoras que moldam identidades por meio de normas de gênero discriminatórias. Nesse contexto, a “decorrência” representa a relação política estabelecida pelas leis culturais que determinam e regulam a natureza e o significado da sexualidade.

Metodologia

O presente artigo adotará a revisão bibliográfica como método de pesquisa para analisar a relação entre a necropolítica, territorialidades proibidas e a violência contra pessoas trans no Brasil de 2024. A revisão bibliográfica é uma abordagem que permite a análise crítica de diversas fontes teóricas, permitindo uma visão aprofundada e ampla do tema em questão.

Inicialmente, foi realizado um levantamento bibliográfico em fontes acadêmicas, livros, artigos científicos, dissertações e teses, bem como em relatórios e dados estatísticos relacionados à violência contra pessoas trans no Brasil. Após o levantamento, foram selecionadas as fontes que abordam diretamente os temas de necropolítica, territorialidades proibidas e a violência contra pessoas trans. Foi dada preferência a trabalhos recentes e com abordagens interdisciplinares que dialoguem

Building the way

com os conceitos de Foucault, Achille Mbembe e Judith Butler.

A dialética foi utilizada como um instrumento de análise para estabelecer as conexões entre os conceitos de necropolítica, territorialidades proibidas e a violência contra pessoas trans. Foram identificados os elementos contraditórios e as relações de poder presentes na sociedade brasileira de 2024. A partir da revisão bibliográfica e da análise dialética, foram elaboradas as discussões e conclusões do artigo.

É importante ressaltar que a abordagem dialética permitiu a compreensão das complexas relações de poder presentes na sociedade e como essas dinâmicas contribuem para a perpetuação da exclusão e violência contra pessoas trans. A revisão bibliográfica, por sua vez, forneceu subsídios teóricos para embasar as análises e conclusões do artigo.

Discussão e resultados

É necessário entender o conceito de biopoder para entender a necropolítica. Onde Foucault (2003), em sua obra *História da sexualidade*, oferece uns insights importantes para compreender os impactos da colonização, ele argumenta que os desejos sexuais são moldados no decorrer de práticas sociais específicas e historicamente construídas. Ele destaca que, no século XVIII, emergiu uma concepção ainda atual, que coloca o sexo como o cerne da individualidade humana, nesse período histórico, desenvolveu-se um discurso generalizado sobre erotismo, que se tornou uma ferramenta para produzir discursos sobre sexualidade, e, a partir do século XIX, o sexo passou a ser visto como a verdade última de nós mesmos.

Essa mudança nas concepções sobre sexualidade foi impulsionada pelo interesse público diante da nova configuração política em formação na Europa Ocidental, que incluía a explosão demográfica, o processo de industrialização e o surgimento do capitalismo. Esses elementos foram fundamentais para a transição do poder soberano para o que Foucault (2003) chama de “biopoder”, ou seja, uma forma de poder que passou a se preocupar com a gestão e controle da vida em suas dimensões populacionais e sociais.

Building the way

Assim, a colonização e as transformações políticas e econômicas da época contribuíram para a formação desse novo paradigma de poder, que incluiu a regulação e controle das questões relacionadas à sexualidade e ao corpo humano. As análises de Foucault nos convidam a refletir sobre como as relações de poder estão intrinsecamente ligadas às questões de identidade, sexualidade e controle social, e como a história da sexualidade é influenciada por esses contextos políticos, econômicos e culturais.

249

Dessa forma os traços atribuídos a cada gênero - masculino ou feminino são resultados desta construção histórica que acaba conferindo uma aparência de gênero aos corpos. As roupas, gestos e desejos expressam uma identidade que não é intrínseca, mas sim fabricada por meio da utilização performática desses elementos. Dessa forma, o gênero não possui uma existência ontológica separada dos diversos atos que contribuem para a sua realidade.

Em outras palavras, os atos e gestos, os desejos articulados e postos em ato criam a ilusão de um núcleo interno e organizador do gênero, ilusão mantida discursivamente com o propósito de regular a sexualidade nos termos da estrutura obrigatória da heterossexualidade reprodutora (Butler, 2022, p. 235).

A noção de gênero é algo que se torna muito importante desde que a mulher está grávida, como quando se faz chá de revelação para saber o “sexo” do bebê, utilizando normalmente cores para definir, rosa para menina e azul para menino, esse comportamento não é revelar o sexo da criança mas sim produzir um sexo enraizado com um gênero que tem suas marcas definidas claramente, como salienta Judith Butler

A marca do gênero parece “qualificar” os corpos como corpos humanos; o bebê se humaniza no momento em que a pergunta “menino ou menina?” é respondida. As imagens corporais que não se encaixam em nenhum desses gêneros ficam fora do humano, constituem a rigor o domínio do desumanizado e do objeto, em contraposição ao qual o próprio humano se estabelece (Butler, 2022, p. 193).

A ideia de Judith Butler (2022) é centrada na desconstrução da noção de gênero como uma essência fixa e inata, ela questiona a ideia de que existe uma

Building the way

“verdade interna” do gênero, ou seja, uma essência essencialista que determina a identidade de gênero de uma pessoa. Butler argumenta que, na realidade, o gênero é uma construção social e cultural, uma fabricação imposta sobre os corpos e inscrita sobre sua superfície. A partir dessa perspectiva, Butler argumenta que os gêneros não podem ser categorizados como verdadeiros ou falsos, pois não possuem uma essência inata que os defina. Em vez disso, eles são produzidos e reafirmados por meio do discurso sobre a identidade de gênero.

Dessa forma a identidade de gênero é uma experiência subjetiva e pessoal de como alguém se percebe e se reconhece em relação às categorias de gênero socialmente construídas. Ela pode ou não estar alinhada com o sexo biológico atribuído no nascimento. Algumas pessoas podem se identificar com o gênero que lhes foi designado ao nascer (cisgênero), enquanto outras podem se identificar com um gênero diferente do que lhes foi atribuído (transgênero).

Preciado (2002) propõe que o gênero transcende a mera performance, sendo considerado protético, uma espécie de prótese intrínseca à materialidade dos corpos. Seguindo essa perspectiva, Ricardo Mélo (2012) sustenta que o gênero não se limita às ações ou performances em si, mas é compreendido como um produto biopolítico, uma vez que é moldado por processos de governamentalidade. Os corpos não podem ser separados da política e da racionalidade que os influenciam, portanto, o enfoque analítico não recai apenas sobre o corpo individual, mas abrange a complexa rede de relações que o constituem.

Os corpos não contêm nenhum sexo e nenhuma performance definida, mas se constituem no modo como são vividos em uma potencialização política heterocentrada: medicalização, cirurgias, ornamentação, indústria pornográfica, tecnologias jurídicas e midiáticas, congressos científicos etc. Essas políticas mais que regular os corpos, os maquinizam. Corpo é gerenciamento biopolítico, gestão (calculada) sobre os fluxos da vida. Definiu-se que o corpo tem sexo e os usos diferenciados que se devem fazer dele (Mélo, 2012, p. 202).

Ao unir suas perspectivas de Judith Butler e Paul B. Preciado, podemos entender que o gênero é uma construção cultural, mas também está enraizado nas características físicas dos corpos, o que desafia visões simplistas e binárias sobre o gênero. Essa abordagem integrada permite uma compreensão mais profunda da diversidade e fluidez do gênero, bem como das interseções entre identidade, cultura

Building the way

e corpo em sua formação e expressão.

Algumas definições acerca do que é transexual, especialmente a de Harry Benjamin (1966), incluem a questão da cirurgia de redesignação sexual como um desejo inerente a todos(as) os(as) transexuais. Benjamin vai além ao considerar esse desejo pela cirurgia como um dos critérios para definir um transexual. Portanto, o reconhecimento do desejo de realizar a cirurgia de redesignação sexual é fundamental em sua conceituação de identidade de gênero. Ao propor essa perspectiva, Benjamin contribuiu significativamente para o entendimento da transexualidade, destacando a importância de considerar fatores psicológicos e sociais no contexto da identidade de gênero. Sua visão pioneira influenciou o desenvolvimento da medicina transexual e contribuiu para ampliar o respeito e a compreensão da experiência das pessoas trans.

Ainda hoje a maior parte dos profissionais que trabalha com transexuais segue o protocolo Harry Benjamin: exigem que antes da cirurgia ou do tratamento hormonal o paciente viva com seu gênero de escolha durante pelo menos um ano, que faça psicoterapia durante o mesmo período e que dois clínicos recomendem os procedimentos médicos (Solomon, 2012).

Em 1973, o transexualismo, inicialmente definido por um endocrinologista, foi transferido para a esfera da psiquiatria com Norman Fisk, ele estabeleceu uma classificação psiquiátrica para o transexualismo, baseada principalmente em um autodiagnóstico feito pelo próprio indivíduo. Em 1977, essa condição foi incluída na categoria psiquiátrica de “Disforia de Gênero”, que englobava outras “enfermidades” relacionadas à identidade de gênero. esse termo, que descreve a insatisfação resultante da discordância entre o sexo biológico e a identidade de gênero de uma pessoa, apontava a cirurgia de conversão sexual e o uso de hormônios como a única possibilidade de tratamento (Murta, 2007).

Atualmente, existem duas principais obras médicas para diagnóstico, que são amplamente utilizadas para classificar doenças psiquiátricas: o DSM (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais), desenvolvido pela Associação Americana de Psiquiatria, e o CID (Código Internacional de Doenças).

No começo do século XX, o Exército dos Estados Unidos, em colaboração com a Associação de Veteranos, criou uma abrangente categorização para ser utilizada em ambulatórios que forneciam atendimento a ex-combatentes. Em 1948, sob forte influência desse sistema, a Organização Mundial da Saúde (OMS)

Building the way

incorporou, pela primeira vez, uma seção dedicada aos Transtornos Mentais na sexta edição do seu sistema de Classificação Internacional de Doenças - CID-6. A primeira edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) foi publicada em 1953 pela Associação Psiquiátrica Americana (APA), sendo o primeiro manual de transtornos mentais voltado para aplicação clínica (Araújo; Neto, 2014).

Na primeira edição do DSM (DSM-I) lançada em 1953, a homossexualidade, junto com outras categorias, como o travestismo, foi classificada como um “Desvio Sexual” e em 1965, o termo foi alterado para “homossexualismo”, o qual implicava um caráter patológico. Contudo, somente a partir do DSM-III-R (1987), a homossexualidade foi removida da lista de categorias diagnósticas, o que foi um marco importante, pois reconheceu que a orientação sexual não deveria ser considerada uma condição médica, posteriormente, em 1990, a OMS reforçou esse entendimento ao determinar que nenhuma orientação sexual deveria ser classificada como um transtorno (Berenice BENTO, 2006).

E foi nesta terceira versão do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais DSM-III-R ,que é incluindo a transexualidade no rol dos “Transtornos de Identidade de Gênero”

Foi naquele mesmo ano que a Associação de Psiquiatria Norte-Americana aprovou a terceira versão do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, incluindo a transexualidade no rol dos “Transtornos de Identidade de Gênero”. O mesmo documento, em sua quarta versão, estabeleceu os critérios diagnósticos para as chamadas “perturbações mentais”, incluindo componentes descritivos, de diagnóstico e de tratamento, constituindo um instrumento de trabalho de referência para os profissionais da saúde mental em todo o mundo (Bento; Pelúcio, 2012, p.3).

Nos dois manuais de referência, o DSM-IV e o CID-10, as pessoas transexuais são retratadas como tendo um conjunto de características comuns que as colocam na categoria de transtornadas, sem levar em consideração as variáveis históricas, culturais, sociais e econômicas. Apesar disso, existem algumas distinções entre essas obras.

No DSM-IV a questão da cirurgia é apenas tangenciada, sua preocupação principal está em apontar as manifestações do “transtorno” na infância, na adolescência e na fase adulta. Neste documento, não há diferenciação entre sexo, sexualidade e gênero.

Building the way

São os deslocamentos do gênero em relação ao sexo biológico os definidores do transtorno, pois o gênero normal só existe quando referenciado a um sexo genital que o estabiliza. O CID-10, por sua vez, não é um manual de orientação ou de indicadores diagnósticos, é, antes, uma convenção médica que estabelece as características das doenças e seus respectivos códigos utilizados e aceitos internacionalmente por médicos/as e outros/as operadores/as da saúde (Bento; Pelúcio, 2012, p.4).

253

Até a versão anterior da CID-10, considerava a transexualidade como uma condição de saúde mental, o que gerava estigmatização e discriminação para as pessoas transexuais, essa categorização reforçava a ideia de que a identidade de gênero diversa daquela atribuída ao nascimento era uma patologia a ser tratada, em vez de ser reconhecida como uma parte natural da diversidade humana. A transição para a 11ª versão da CID trouxe uma mudança crucial nesse sentido, e a transexualidade deixou de ser listada como um transtorno mental e passou a ser incluída em uma nova seção chamada “Condições Relacionadas à Saúde Sexual”, a transexualidade agora é designada pelo código 1C4A e é intitulada “Incongruência de Gênero”.

A transexualidade permanece na CID como “incongruência de gênero”, porém, em uma categoria diferente: a das condições relativas à saúde sexual. A OMS diz sobre o assunto que “há claras evidências científicas de que não se trata de doença mental, mas os cuidados de saúde a essa população podem ser oferecidos de forma melhor se a condição estiver dentro da CID”. Assim sendo, a alteração pode colaborar na redução do preconceito e estigma, sem reduzir os cuidados sobre o processo de acompanhamento médico de transição de gênero de travestis e transexuais (MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA, 2018).

Apesar da importante conquista representada pela retirada da classificação da transexualidade como transtorno mental no CID, é crucial reconhecer que ainda enfrentamos desafios na busca pela plena igualdade e respeito pelos direitos de todas as pessoas, independentemente de sua identidade de gênero, essa mudança significativa é um passo na direção certa, mas devemos continuar promovendo conscientização, educação e aceitação em relação às diversas identidades de gênero que compõem a rica tapeçaria da humanidade.

Nesse sentido, é importante permitir que diferentes formas de gênero e sexualidade sejam reconhecidas e respeitadas, ao fazer isso, podemos derrubar o

Building the way

conceito de que existem apenas duas opções rígidas para o sexo e o gênero (masculino e feminino)

Entretanto, a vida diária das pessoas trans é caracterizada pela exclusão, e estão na faixa dos que “podem morrer” dentro dos conceito da necropolítica, o que fazem com que essas pessoas não vivam suas vidas plenamente, e são obrigadas a lutar pela sobrevivência, como ser visto no dossiê de assassinatos e violência contra travesti e transexuais brasileiras de 2022, organizado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (Antra).

254

Em 2022, tivemos pelo menos 151 pessoas trans mortas, sendo 131 casos de assassinatos e 20 pessoas trans suicidadas. A mais jovem trans assassinada tinha 15 anos, e vimos um acirramento na patrulha contra crianças e adolescentes trans, sendo inclusive vítimas de violências dentro do ambiente escolar. E embora haja uma leve queda em relação a 2021, o perfil das vítimas se manteve o mesmo. Chama atenção o país figurar novamente como o que mais consome pornografia trans nas plataformas digitais de conteúdo adulto no mesmo momento em que o Brasil figura como o país que mais assassinou pessoas trans pelo 14º ano consecutivo. Houve ainda 142 violações de direitos humanos e os casos de impedimento de uso do banheiro foram os que mais tiveram destaque nessa edição. Seguimos vendo a política estatal de subnotificação da violência lgbtifóbica, e os estados insistem em não levantar os dados sobre violência contra a população LGBTQIA+, em especial os assassinatos.

Neste artigo, é importante olharmos para o conceito de “Necropolítica” apresentado por Achille Mbembe (2003) ,onde ele criticou o conceito de biopolítica de Foucault e propôs uma análise sobre como a soberania é exercida, destacando a importância das experiências do colonialismo e do apartheid. Diante desses eventos, o exercício do poder soberano não é apenas sobre equilibrar a vida e a morte, como no conceito de “fazer viver e deixar morrer”. Na realidade, o poder soberano se mostra principalmente por meio de ações que sistematicamente causam a morte, como guerra, homicídio e suicídio, formando o que chamamos de necropolítica.

Butler (2003), argumenta que os conceitos de sexo e gênero originam-se da heterossexualidade compulsória, de acordo com a autora, tanto o sexo quanto o gênero são construções normativas que são reforçadas pela repetição de valores heterossexuais, considerados como padrões normais e aceitáveis, o alvo da matriz heteronormativa é, na verdade, manter o sexo heterogêneo, ou seja, separado em duas formas que se diferenciam substancialmente.

Building the way

Hespanhol (1999) salienta que o Estado dispõe de diversos mecanismos para regular o sistema, como as políticas macroeconômicas e setoriais. No entanto, nem sempre ele demonstra capacidade ou intenção de corrigir as desigualdades geradas pelo mercado, especialmente em países em desenvolvimento. Como sintetiza o ministro dos Direitos Humanos e Cidadania, Silvio Almeida, “não é preciso que o Estado mate; basta que ele deixe morrer ou deixe matar”, citação essa retirada do livro *Governar os mortos — Necropolíticas*, desaparecimento e subjetividade, do autor Fábio Luís Franco.

E ao serem negligenciados, esses corpos são jogados a margem da sociedade, e estabelecem seus territórios, aqui chamamos de proibidos, que nos remete ao duplo sentido, já que para as pessoas trans, proibido é o território contrário, logo o heteronormativo, e essas margens acabam por serem consideradas seus territórios, portanto a posição de cada indivíduo entre o centro e a margem de cada rede é constantemente tensionada, uma vez que a mesma pessoa pode ocupar uma posição periférica em uma determinada rede, mas ao mesmo tempo ter uma posição central em outra rede de relações de poder.

Segundo a análise de Haesbaert (2004), o conceito de território pode ser compreendido em várias formas distintas. O autor argumenta que essa noção é polissêmica e pode ser abordada por meio de três vertentes principais: o território político, que está relacionado ao poder e envolve um espaço delimitado e controlado, muitas vezes se confundindo com o Estado-Nação; o território econômico, que é uma área vista como fonte de recursos e está inserido na relação entre capital e trabalho; e o território cultural, que é um produto da apropriação e/ou valorização simbólica.

Autores como Souza (1995) e Silva (2002) sustentam a ideia de que o território é construído por meio da delimitação e apropriação do espaço. Essa ação é possibilitada pela mediação de relações de poder, configurando-se como um campo de forças e uma projeção espacial das interações sociais, estabelecendo fronteiras entre “os de dentro e os de fora” e estabelecendo restrições e exclusões de objetos, indivíduos e comportamentos. Conforme apontado por Souza (1995) e Silva (2002) o território requer uma manutenção constante, pois além de ser resultado das relações de poder, também serve como base para elas. Essas demarcações podem não ser necessariamente formais, podendo ocorrer de forma mais sutil ou simbólica. Apesar de haver divergências em certos aspectos, é consenso que o território implica a

Building the way

existência de uma relação entre espaço, fronteira e poder.

Ao se falar em territórios temos que nos atentar as territorialidades flexíveis, que segundo Marcelo José Lopes de Souza em seu artigo do livro, Geografia: Conceitos e Temas, destaca que os territórios da prostituição, podem ser considerados “flutuantes”, onde os limites são instáveis, onde essas áreas de influências deslizam sobre o espaço concreto das ruas, um exemplo em Jataí – GO é na Avenida Goiás, onde a alguns anos atrás, mas precisamente entre 2002 e 2007, em frente a uma cooperativa, existia pontos de prostituições durante a noite de trans. Para fazer uma “limpeza”, a cooperativa fez uma reforma em sua fachada, retirando o espaço que era utilizado como ponto de prostituição das trans, dessa forma elas procuraram outro espaço, o que Marcelo Lopes chama de territorialidades flexíveis, é essa mudança de espaço que a trans foram obrigadas a fazer para continuar exercendo seu trabalho e em 2024 elas se concentra onde chamamos de perimetral, que é uma parte da BR 158.

Nessa sentido os Territórios Proibidos, discutidos nesse artigo, são estigmatizados, e construídos no imaginários das pessoas, não é um delimitação “riscada no chão”, é um limite imaginário, estipulado pela sociedade heteronormativa para segregar as pessoas que estão “fora da norma”, e as territorialidades flexíveis acontece gradativamente, onde essa população é cada vez mais obrigada a margear as cidades, um exemplo claro é que em Jataí a cooperativa citada acima, que fizeram o cercamento da entrada, deixando pouco ou nenhum espaço para as trabalhadoras do sexo, o que aos poucos fizeram com que essas pessoas se retirassem do centro e se concentrassem na Perimetral.

Esse sistema de segregar pessoas tidas como “fora da norma” e colocá-las como as erradas, vem de um sistema colonialista, fascista e nazista, Mbembe (2018) refere-se aos campos de concentração da Alemanha nazista, como um modelo de extermínio, destruição e morte que prega o outro como errado, e que merece morrer.

Na edição 290 da revista Cult, a capa mostra dois bonecos com corpos trans, e a seguinte frase *Epidemia Trans?*, e por mais surpreendente que possa parecer, a sociedade acredita nesse fato. Na matéria intitulada: A anatomia de um pânico moral, escrita por Sofia Favero e Pedro Ambra, fica evidente que o discurso de ódio é facilmente encontrado na igreja, no churrasco, no grupo de pais em escolas ou até mesmo da boca de profissionais, e a revista retrata muito bem:

Quando dizem “nós nos sentimos ameaçados com a epidemia trans”, é criada uma oposição em que as vítimas, as próprias pessoas trans, passam a ser vistas como criminosas. É como se dissessem: “nós nos sentimos ameaçados porque essas ‘ameaças’ não deixam de existir, mesmo que sejam expostas a um combate sistemático operado por... nós” (Falero; Ambra, 2023, p. 16).

Assim, a noção de uma suposta “verdade” sobre o sexo, como ironicamente descrita por Foucault (2005), é resultado das práticas reguladoras que moldam identidades comuns através de normas de gênero consistentes. A promoção da heterossexualidade como a norma dominante requer a criação de oposições discriminatórias e desiguais entre o que é considerado “feminino” e “masculino”, sendo esses atributos vinculados às ideias de “macho” e “fêmea”. A estrutura cultural que possibilita a compreensão das identidades de gênero impõe a inexistência de certas “identidades”, ou seja, aquelas em que o gênero não se baseia no sexo, e aquelas em que as práticas do desejo não estão atreladas ao sexo ou ao gênero. Nesse contexto, o termo “decorrer” representa uma relação política estabelecida pelas leis culturais que determinam e regulam a natureza e o significado da sexualidade.

Considerações finais

Esta reflexão proporcionou uma análise aprofundada sobre a interseção entre biopoder, necropolítica e construções sociais de gênero. Inicialmente, destacou-se a contribuição de Foucault ao introduzir o conceito de biopoder, ressaltando como transformações políticas, econômicas e coloniais deram origem a esse novo paradigma de controle social, especialmente no que se refere à regulação da sexualidade e do corpo humano.

A compreensão de que as noções de identidade, sexualidade e controle social estão intrinsecamente ligadas às relações de poder foi aprofundada por Foucault. Judith Butler e Paul B. Preciado expandiram essa compreensão, desafiando noções tradicionais de gênero e destacando-o como construto social e cultural, enraizado não apenas em características físicas, mas também em experiências subjetivas e pessoais.

A análise integrada dessas perspectivas proporcionou uma visão mais

Building the way

profunda da diversidade e fluidez do gênero, desafiando normas heteronormativas e questionando categorias fixas e binárias. Ao adentrar o campo específico da transexualidade, explorou-se a evolução dos diagnósticos psiquiátricos, destacando a retirada da transexualidade da lista de transtornos mentais na CID-11 como avanço, mas ressaltando desafios persistentes.

A discussão sobre territórios proibidos e territorialidades flexíveis ofereceu uma visão crítica das margens onde são relegadas as pessoas trans, evidenciando segregação e estigmatização baseadas em normas heteronormativas. A introdução do conceito de necropolítica de Achille Mbembe foi crucial para compreender como discursos de ódio, discriminação e violência marginalizam a população trans, colocando-a na faixa dos que “podem morrer”.

A análise metodológica adotada, o materialismo histórico-dialético, proporcionou uma visão ampla e profunda, analisando grandes transformações históricas e dinâmicas sociais que moldam identidades e relações de poder. A compreensão de que a existência humana é condicionada historicamente permitiu uma análise crítica das questões abordadas.

A reflexão revela a necessidade urgente de combater a discriminação e a violência contra pessoas trans, buscando uma transformação profunda nas mentalidades e estruturas sociais que perpetuam a exclusão e a marginalização. A construção de uma sociedade mais justa e inclusiva requer o reconhecimento pleno da diversidade e a promoção do respeito aos direitos humanos, independentemente da identidade de gênero.

Portanto, é crucial que governos, instituições, líderes políticos e a sociedade em geral se envolvam em ações concretas para combater a necropolítica e todas as formas de discriminação. A luta pela igualdade e pelo respeito à diversidade deve ser uma pauta central na construção de um futuro mais inclusivo e humano para todos. Em suma, o materialismo histórico-dialético proporcionou uma análise enriquecedora, evidenciando complexas relações de poder e a necessidade de uma mudança profunda nas estruturas sociais. A luta contra a discriminação e a violência deve ser uma causa de todos, e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária é responsabilidade coletiva. Somente através do reconhecimento pleno da dignidade e dos direitos de todas as pessoas poderemos avançar em direção a um mundo onde a diversidade seja verdadeiramente valorizada e respeitada.

Building the way

A abordagem metodológica adotada neste artigo, o materialismo histórico-dialético, de Karl Marx (1859), proporcionou uma visão ampla e profunda da realidade, ao analisar as grandes transformações históricas e as dinâmicas sociais que moldam as identidades e relações de poder. A compreensão de que a existência humana é condicionada historicamente e permeada pelas condições materiais da vida permitiu uma análise crítica sobre as questões abordadas neste estudo.

Ao refletir sobre a discriminação, o preconceito, a homofobia, a transfobia e a marginalização das minorias, percebemos que esses problemas têm raízes profundas em estruturas históricas, culturais e políticas que vão além de fatores puramente econômicos. Embora a perspectiva marxista nos ajude a entender como as condições materiais moldam a realidade social, é essencial integrar outras abordagens que considerem as dinâmicas de poder e opressão sobre corpos específicos.

A necropolítica, conceito desenvolvido por Achille Mbembe (2018), nos permite compreender como o Estado e outras forças institucionais exercem o poder de decidir quem vive e quem morre. Na prática, isso se reflete na violência estrutural enfrentada por pessoas LGBTQIAPN+, mulheres, pessoas negras, indígenas e outros grupos marginalizados, a violência não é apenas física, é também simbólica, econômica e espacial, evidenciando um sistema que privilegia certos corpos enquanto vulnerabiliza outros.

Autoras da geografia feminista, como Doreen Massey (2005), Gillian Rose (1993) e Joni Seager (2009), nos ajudam a compreender como os espaços que habitamos são construídos a partir de relações de poder. Massey (2005), por exemplo, argumenta que o espaço é uma construção social, moldada por histórias de exclusão e desigualdade. Assim, as geografias da opressão são também geografias da resistência, onde grupos marginalizados criam espaços alternativos de pertencimento e luta.

A violência contra corpos dissidentes, como pessoas trans e não-binárias, não pode ser entendida sem considerar as geografias materiais e simbólicas que reforçam o preconceito. A transfobia, por exemplo, se manifesta tanto na exclusão de espaços públicos quanto na negação de direitos básicos, como saúde, educação e moradia. Como apontado por bell hooks (1984), a interseccionalidade é essencial para entender como raça, classe, gênero e sexualidade se entrelaçam para criar

Building the way

experiências únicas de opressão e resistência.

Por outro lado, o combate a essas estruturas exige mais do que políticas públicas e demanda mudanças culturais e educacionais profundas. Isso significa repensar o papel dos espaços urbanos, das escolas, das famílias e até das redes digitais na reprodução da exclusão ou na criação de novas possibilidades de acolhimento e transformação.

Nesse contexto, as pessoas trans enfrentam uma realidade especialmente cruel, pois são frequentemente colocadas à margem da sociedade e destinadas a viver em territórios proibidos. Através das territorialidades flexíveis, essas áreas de exclusão e violência podem se deslocar, mas a segregação persiste, perpetuando a discriminação e a falta de oportunidades para essa população.

A necropolítica, em sua administração política da morte, permite que corpos sejam considerados descartáveis e vidas sejam desvalorizadas, especialmente aquelas que desafiam a norma heteronormativa e patriarcal. Esse sistema de poder, enraizado em discursos de ódio e estigmatização, é um resquício histórico de regimes totalitários e colonialistas, que ainda perduram em algumas esferas da sociedade contemporânea.

Nossa reflexão sobre essa temática revela a necessidade urgente de combater a discriminação e a violência contra as pessoas trans. É fundamental buscar uma transformação profunda nas mentalidades e nas estruturas sociais que perpetuam a exclusão e a marginalização. A construção de uma sociedade mais justa e inclusiva requer o reconhecimento pleno da diversidade e a promoção do respeito aos direitos humanos de todos os indivíduos, independentemente de sua identidade de gênero.

Portanto, é crucial que governos, instituições, líderes políticos e a sociedade em geral se engajem em ações concretas para combater a necropolítica e todas as formas de discriminação. A luta pela igualdade e pelo respeito à diversidade deve ser uma pauta central na construção de um futuro mais inclusivo e humano para todos.

Em suma, o materialismo histórico-dialético nos proporcionou uma análise enriquecedora, evidenciando as complexas relações de poder e a necessidade de uma mudança profunda nas estruturas sociais. A luta contra a discriminação e a violência deve ser uma causa de todos, e a construção de uma sociedade mais justa

Building the way

e igualitária é responsabilidade coletiva. Somente através do reconhecimento pleno da dignidade e dos direitos de todas as pessoas poderemos avançar em direção a um mundo onde a diversidade seja verdadeiramente valorizada e respeitada.

REFERÊNCIAS

261

BENEVIDES, Bruna G. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais). **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022.**

BUTLER, Judith. **Desfazendo o gênero.** Tradução de Aléxia Bretas et al. Coordenação da tradução: Carla Rodrigues. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

FALERO, Sofia; AMBRA, Pedro. **A anatomia de um pânico moral.** Revista Cult, São Paulo, n. 290, p. 14-17, fev. 2023.

FRANCO, Fábio Luis. **Governar os mortos: necropolítica, desaparecimento e subjetividade.** São Paulo: Ubu, 2021.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade. Curso no Collège de France, 1975-1976.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica.** Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008b

FOUCAULT, Michel. Segurança, **Território, População.** Curso dado no Collège de France, 1977-1978. São Paulo: Martins Fontes: 2008b.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade1: A vontade de saber.** Rio de Janeiro, Graal, 2003.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização: do “Fim dos Territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 400 p.

HESPANHOL, A. N. **A atuação do Estado no processo de desenvolvimento brasileiro.** In: Meneguette Junior, Messias (Org.). FCT: 40 anos Perfil Científico Educacional. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1999. Capítulo: A atuação do Estado no processo de desenvolvimento brasileiro.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. 80 p.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro, processo de um racismo mascarado.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.

Building the way

SAQUET, Marcos Aurelio. **As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da(i)materialidade**. Geosul, Florianópolis, v. 22, n. 43, p 55-76, jan./jun. 2007.

SILVA, J. C. da. **O conceito de território na geografia e a territorialidade da prostituição**. In. RIBEIRO, M. A. Prostituição na metrópole carioca. Rio de Janeiro: Editora Ecomuseu Fluminense, 2002. 160 p.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento** (pág. 77 – 116) In CASTRO, Iná et al (Org.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.